

IV ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

**TEORIAS DA DEMOCRACIA, DIREITOS
POLITICOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E FILOSOFIA
DO ESTADO**

VALTER MOURA DO CARMO

JOSÉ QUERINO TAVARES NETO

JORGE HECTOR MORELLA JUNIOR

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

T314

Teorias da democracia, direitos políticos, movimentos sociais e filosofia do estado [Recurso eletrônico on-line]
organização CONPEDI

Coordenadores: Jorge Hector Morella Junior; José Querino Tavares Neto; Valter Moura do Carmo – Florianópolis:
CONPEDI, 2021.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-388-7

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Constitucionalismo, desenvolvimento, sustentabilidade e smart cities.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Teorias da democracia. 3. Direitos políticos. IV
Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2021 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



IV ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

TEORIAS DA DEMOCRACIA, DIREITOS POLITICOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E FILOSOFIA DO ESTADO

Apresentação

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos a presente publicação, que possui parte dos artigos aprovados e apresentados no Grupo de Trabalho Teorias da Democracia, Direitos Políticos, Movimentos Sociais e Filosofia do Estado I do IV Encontro Virtual do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), realizado virtualmente nos dias 9, 10, 11, 12 e 13 de novembro de 2021.

A quarta edição do encontro virtual teve como tema central “Constitucionalismo, Desenvolvimento, Sustentabilidade e Smart Cities”, uma realização do CONPEDI, em parceria com a Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Widener University/Delaware Law School, Università Degli Studi di Perugia, Universidad de Alicante e o mestrado profissional em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. O evento teve o intuito de oportunizar a divulgação de pesquisas realizadas em instituições nacionais e internacionais, mesmo diante da atual crise sanitária, assegurando a concretização de discussões plurais e democráticas entre as pesquisadoras e os pesquisadores.

No Grupo de Trabalho Teorias da Democracia, Direitos Políticos, Movimentos Sociais e Filosofia do Estado I, foram apresentados 24 artigos que discutiram temas relacionados as Teorias da Democracia, Direitos Políticos, Movimentos Sociais e a Filosofia do Estado:

1. A CARTOGRAFIA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E AS SEGMENTARIEDADES, DISCURSIVIDADES E INSEGURANÇAS NO FEDERALISMO ASSIMÉTRICO BRASILEIRO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, de autoria de Emerson Penha Malheiro e Luis Delcides R Silva;

2. TEORIA DA DEMOCRACIA E CAPITAL: A CRÍTICA DO ESTADO E DO DIREITO EM ROSA LUXEMBURGO E SUA RELEVÂNCIA PARA O BRASIL CONTEMPORÂNEO, de Lucas Santos de Almeida, Ana Maria Viola De Sousa, Jessica Rotta Marquette;

3. INFÂNCIA E DEMOCRACIA: O EXERCÍCIO DE DIREITOS POLÍTICOS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES, de autoria de Lygia Maria Copi e Luiz Eduardo Peccinin;
4. ANÁLISE DA DESPROPORÇÃO DE REPRESENTAÇÃO ENTRE OS ESTADOS NA COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO BRASIL EM RELAÇÃO ÀS PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS, de Alexandre Lagoa Locatelli;
5. O CRIME DE CORRUPÇÃO ELEITORAL E O CONTROLE SOCIAL FORMAL: DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA DEMOCRACIA REAL, de autoria de Claudio Alberto Gabriel Guimaraes e Pedro Henrique Guimarães;
6. MANDATOS COLETIVOS E COMPARTILHADOS NO PODER LEGISLATIVO: POTENCIALIDADES DE INOVAÇÃO DEMOCRÁTICA E PROPOSTAS DE REGULAÇÃO, de Alexandre Montagna Rossini;
7. O ESTADO EM TEMPOS LÍQUIDOS: A ASCENSÃO DAS CORPORações TRANSNACIONAIS NA SOCIEDADE GLOBALIZADA, de autoria de Alessandra Vanessa Teixeira, Francine Cansi e Liton Lanes Pilau Sobrinho;
8. ENTRE O SACERDOTE E O PROFETA: DIREITO E CONFLITO NO MANIFESTO DO “CRITICAL LEGAL STUDIES MOVEMENT”, de autoria de Juan Pablo Ferreira Gomes;
9. A EXPECTATIVA DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO BRASIL: DA CRISE NA REPRESENTAÇÃO À SAÍDA, de autoria de Lucas Fernandes Pompeu;
10. FUNDO PARTIDÁRIO E FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA: ANÁLISE SOBRE AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS PELO PROJETO DO NOVO CÓDIGO ELEITORAL APROVADO PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de Denise Goulart Schlickmann e Orides Mezzaroba;
11. REPENSANDO A RESISTÊNCIA INDÍGENA: REFLEXÕES SOBRE A TESE DO MARCO TEMPORAL A PARTIR DO CASO DA TERRA INDÍGENA DE PALMAS/PR, de autoria de Ricardo Silveira Castro;
12. A CONCEPÇÃO DE DEMOCRACIA EM RONALD DWORKIN, de Jacob Arnaldo Campos Farache, José Claudio Monteiro de Brito Filho e Jean Carlos Dias;

13. A DESOBEDIÊNCIA CIVIL COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DO ORDENAMENTO JURÍDICO EM ESPINOZA E MELO, de autoria de Jaime Leônidas Miranda Alves;

14. O QUE ESPERAR DA HISTÓRIA: A DERROCADA DO NEOLIBERALISMO OU DOS ANSEIOS DEMOCRÁTICOS?, de Julianna Moreira Reis;

15. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E SEUS REFLEXOS NAS RESPECTIVAS INSTÂNCIAS PARTIDÁRIAS, de autoria de Horácio Monteschio e José Laurindo De Souza Netto;

16. A QUESTÃO DA VERDADE: UM ESTUDO FILOSÓFICO SOBRE A FAKENEWS, de autoria de Ana Flávia Costa Eccard e Salesiano Durigon;

17. AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO MEIO DE FORTALECIMENTO DAS IGUALDADES SOCIAIS E CIDADANIA, de Juliana Vendramini Durlo, Aline Ouriques Freire Fernandes e Plínio Antônio Britto Gentil;

18. A OBEDIÊNCIA MILITAR FACE A DESOBEDIÊNCIA CIVIL: ENTRE O GOLPE E A REVOLUÇÃO, de autoria de José Maria Barreto Siqueira Parrilha Terra, Heleno Florindo Da Silva e Dauray Cesar Fabríz;

19. HIPERTROFIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL À LUZ DO PODER MODERADOR, de Ivan Ludovice Cunha e Ricardo Pereira Pérez;

20. A TEORIA DA SEPARAÇÃO DE PODERES À LUZ DOS FILÓSOFOS, de autoria de Ivan Ludovice Cunha e Sara Lacerda De Brito;

21. DEMOCRACIA BRASILEIRA SOB PERIGO? UMA ANÁLISE À LUZ DOS ELEMENTOS DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO, de Emerson Francisco De Assis;

22. A DEMOCRACIA CONTÍNUA NA CONSTITUCIONALIZAÇÃO NO DIREITO DE FAMÍLIA NO BRASIL, de autoria Júlia Francieli Neves de Oliveira e Leonel Severo Rocha;

23. É POSSÍVEL CONTROLAR A GLOBALIZAÇÃO? UMA ANÁLISE DAS SOLUÇÕES PROPOSTAS POR CARRILLO SALCEDO, de Francieli Puntel Raminelli;

24. A BUSCA PELA HORIZONTALIDADE DO PODER: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE ORGANIZAÇÕES QUE ATUAM EM PROL DE DIREITOS DAS MULHERES NO BRASIL, de autoria de Gabriela Lima Ramenzoni, Tais Fernanda Oliveira Silva e Renata Franciele Tavante.

É esse rico conjunto de pesquisas sobre as Teorias da Democracia, Direitos Políticos, Movimentos Sociais e Filosofia do Estado que temos a honra de apresentar à comunidade científica, na perspectiva de que esses trabalhos possam contribuir para a construção de um mundo fraternal, mais justo e consciente da importância da ciência.

Desejamos aos leitores desta publicação, uma excelente e prazerosa leitura! Os trabalhos apresentados que não integram esse volume foram selecionados para publicação em um dos periódicos do Index Law Journals.

#ContinuePesquisando

Prof. Dr. Jorge Hector Morella Junior (Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI)

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto (Universidade Federal de Goiás – UFG)

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo (PPGPJDH da Universidade Federal do Tocantins – UFT /Esmat).

**A BUSCA PELA HORIZONTALIDADE DO PODER: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA DE ORGANIZAÇÕES QUE ATUAM EM PROL DE DIREITOS
DAS MULHERES NO BRASIL**

**THE SEARCH FOR THE HORIZONTALITY OF POWER: A COMPARATIVE
ANALYSIS OF ORGANIZATIONS ACTING FOR THE WOMEN RIGHTS IN
BRAZIL**

**Gabriela Lima Ramenzoni
Tais Fernanda Oliveira Silva
Renata Franciele Tavante**

Resumo

Esta investigação parte da compreensão sobre a importância de experiências locais e de uma epistemologia que valorize funcionamentos alternativos e solidários para, então, analisar comparativamente organizações que promovam os direitos das mulheres. Isto se faz partindo de conceitos como rede, empoderamento, capilarização, interseccionalidade, consciência de classe, patriarcado, de modo a aplicá-los dentro do contexto de um território específico e com as respectivas relações de poder. Após, serão trazidos os principais desafios e facilidades existentes em três diferentes organizações, com destaque para os efeitos psicossociais de grupos de mulheres.

Palavras-chave: Organização, Mulheres, Poder, Território, Rede

Abstract/Resumen/Résumé

This research starts from the comprehension of the importance of local experiences and of an epistemology that values solidarity and alternative functionality. Then comparatively analyze organizations chosen by convenience and that promote women's rights. It is use concepts such as network, empowerment, intersectionality, class consciousness, patriarchy. The one must apply them in the context of a specific territory, with its power relations. After that, it is used the main aspects existing in three different women's organizations, with special emphasis on the psychosocial functionality of groups.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Organization, Women, Power, Territory, Network

1. Introdução

É histórica a dedicação anêmica do estado e da própria sociedade brasileira à efetivação dos direitos das mulheres. Mas os rompantes daqueles beneficiados por esta desigualdade patriarcal e racial jamais impediram reações de movimentos de gênero. No Brasil, em especial, ainda que de contextos e lugares de fala (RIBEIRO, 2019) dos mais distintos, mulheres subsistem conquanto “privadas do saber oficial, da cultura letrada, restando-lhes a esperteza, a improvisação, o saber da experiência tão desprezada nos idosos, nas mulheres.” (DA SILVA DIAS, p. 8).

Ao mesmo tempo, o escopo mundial de que mais mulheres tenham acesso a direitos humanos vem crescendo, em especial a partir da segunda metade do século XX. Há diversos parâmetros e relatórios sobre a temática, inclusive, de agências internacionais “mais sensíveis” às questões sociais¹ (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 21). A Unesco, por exemplo, estimula políticas para mulheres e meninas em educação com as funções de reparação, equalização e qualificação.

Dentre inúmeras críticas na arena de debates quanto ao formato dessas perspectivas internacionais, pode-se indicar a tendência da mídia internacional e dos próprios estados centrais de confundir políticas humanitárias com bons sentimentos, de simplificar os problemas como não sendo históricos ou globais e de espetacularizar essas políticas (CAMPOS, 2003), bem como se pode verificar o fato de que, no fundo, há uma ideologia neoliberal compatível com as agências e instituições financeiras sobre desenvolvimento econômico (GOUVÊA, 2007).

O estado brasileiro, além de reagir a esse contexto mundial com algumas políticas que inclusive foram citadas em relatórios internacionais como efetivas (ALVES, 2016), também vem firmando diversos pactos internacionais voltados para os direitos humanos e para o desenvolvimento sustentável - inclusive, para a promoção de direitos das mulheres e de redução da discriminação e violência² (RAMOS, 2020).

¹ Trata-se do conjunto de dificuldades políticas, sociais e econômicas que se agravaram com o surgimento da classe operária dentro do desenvolvimento capitalista, de modo que se pode resumir em um conflito de classes entre quem detém o domínio financeiro e aquele que tem apenas a sua força de trabalho.

² Por exemplo, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, de 1979 (promulgação pelo Decreto n.º 89.406, de 1º de fevereiro de 1984); a Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, “Convenção de Belém do Pará”, de 1994; IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz das Nações Unidas, em 1995, em Pequim; Regras de Bangkok – Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras, de 2010.

Contudo, no que se refere à concretização de protocolos internacionais e nacionais, nota-se que cada vez mais os estados vêm perdendo protagonismo na arena mundial de decisões (BAUMAN, 2000, p. 67) é muito suscetível aos interesses políticos não apenas de uma oligarquia política brasileira, mas também por interesses econômicos. A sociedade de risco Chernobyl de Ulrich Beck (2010) chegou em um nível escrachado, com a COVID-19. E no cotidiano de inúmeras mulheres, o medo, a insegurança, a fome, a violência nas estruturas de poder vêm apenas se agravando, de acordo com as próprias agências internacionais³.

Este artigo parte da hipótese de que quaisquer avanços nas políticas públicas nacionais voltadas para mulheres foram de nível mais conjuntural, sem de fato alterar as estruturas de poder (BOURDIEU, 2011, p. 160) que tanto prejudicam a igualdade de gênero. Isto inclusive permitiu a notória reação contrária, em defesa do retrocesso de direitos, como ao exercício de sua sexualidade, reprodução, saúde, liberdade de pensamento, dentre outros.

Também se utiliza a hipótese de que brasileiros responsáveis pelo gerenciamento de instituições e instrumentos aqui difundidos realizam muitos transplantes jurídicos (LYNCH; MENDONÇA, 2017) de conceitos e mecanismos jurídicos de países centrais, por meio da celebração de tratados, conferências e acordos internacionais, mas talvez só por uma síndrome de vira-lata que nos viciou a copiar modelos eurocêntricos. Estes, contudo, deslocam há décadas o peso atual das iniquidades sociais no mundo sobre as costas de políticas a serem promovidas pelos mesmos estados que sofreram um processo histórico de colonização, patriarcalismo e escravidão.

Outra perspectiva da qual se parte aqui é a de que, apesar de tal panorama, isto jamais impossibilitou a pulsão de movimentos sociais em defesa tanto teórica quanto militante dos direitos fundamentais das mulheres em países latino-americanos como o Brasil (CARNEIRO, 2002, p. 209-214).

Nesse sentido, estudos (PINTO, 1992) identificam que o engajamento em movimentos sociais e associações modificam a inserção da mulher na rede de poderes de sua comunidade, o que permite o acolhimento de suas dificuldades em grupos, a maior visibilidade política e possibilidade de participação nas tomadas de decisão.

³ Disponível em: <https://unric.org/pt/covid-19-ameacas-aos-direitos-das-mulheres-prejudicam-nos-a-todos/> . Acesso em: 02 de outubro de 2021, 20:23:10.

Entende-se que existe a busca uma autêntica democratização de poderes por meio da participação e controle local a partir de bases sociais na cidade, no campo e em outras vivências de modo a destacar um protagonismo comunitário em busca de uma horizontalidade do poder, mesmo que em âmbito local, inicialmente, por meio de ações diretas e na autogestão, desligando-se de imposições verticais e de propostas desligadas do contexto e da particularidade local (ACOSTA, 2019).

Assim, esta pesquisa propõe-se a questionar e ter como problema central justamente a análise comparativa da dinâmica de organizações de mulheres que dão voz a diferentes perspectivas e contextos, a fim de depreender de maneira panorâmica como o movimento social de mulheres se manifesta na prática comunitária no Brasil, apesar da realidade dura da sociedade de risco e dos interesses contrários a essa prática emancipadora. Isto se dará por meio da análise de outros estudos realizados sobre três organizações de mulheres em contextos distintos.

Em primeiro lugar, será trazido o funcionamento de uma associação rural de mulheres em Espera Feliz, município de Minas Gerais; após, será dado enfoque ao desenvolvimento de alguns movimentos urbanos em defesa da mulher, especificamente dentro da Universidade de São Paulo; e, por fim, será analisada a vivência de organização extrativista de mulheres no contexto particular da Amazônia.

Após, será abordada a importância dos grupos no fortalecimento psicossocial das mulheres partindo de uma análise institucional relacionada à noção de pertencimento social, identidade e amparo proporcionado pelo estar em grupo ao estudo da configuração de grupos propriamente ditos que se constituem a partir de uma finalidade e se organizam quanto a uma estrutura delimitada de tempo, espaço, regras e público.

Para a correta construção do trabalho utiliza-se o método dedutivo como abordagem, que se desenvolve a partir de proposições gerais quanto a alternativas ao modelo atual de risco, violência e subjugação em que parte das mulheres brasileiras estão inseridas para utilizá-las durante a análise específica das organizações de mulheres.

No que se refere aos métodos de procedimento utiliza-se o histórico e o monográfico, enquanto o aprofundamento do estudo realiza-se com base em pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada em dados primários e secundários, como por exemplo, livro, artigos científicos, revistas e periódicos qualificados dentro da temática proposta.

Por meio de tal análise comparativa de tais estudos, buscou-se compreender por meio de investigação teórica o comportamento social, econômico e cultural que refletem o funcionamento de dinâmicas coletivas de mulheres de distintos contextos, incluindo as dificuldades e potencialidade detectadas.

Nas estratégias da pesquisa, pontua-se que se trata de amostra por conveniência, ou seja, uma técnica de amostra não probabilística que busca elementos convenientes (ELLIOT, 2012).

2. Contexto e Referencial Teórico

Schwarz (2009, p. 155) ressalta que: “Na arte, só quem rompe um código de conforma ao código da modernidade. Ocorre que todos agora nos queremos modernos, e que, no fundo, ninguém mais se apega a código nenhum. Segue-se que a situação da vanguarda fica muita facilidade, ao mesmo tempo que se complica”.

Esta é uma metáfora interessante sobre os tempos líquidos, da sociedade de risco, dos excessos de informações, da falta de perspectiva e segurança, das soluções individuais para problemas socialmente produzidos, da impotência, do definhamento da solidariedade, da “globalização negativa” (BAUMAN, 2007). De fato, tudo que é sólido está se desmanchando no ar (MARX, 2015).

Este artigo, na contramão desse contexto, procura resgatar códigos locais, de solidariedade, que transpasse a dimensão utópica para a aplicação real e cotidiana dos valores básicos da democracia, que se perpetuam no pós-positivismo (SOUZA; SARMENTO, 2013) e que transmitem a ideia primária da Constituição Cidadã, pacto este que, de uma maneira ou de outra, procurou acolher em um documento posicionamentos e correntes de pensamento e vivências distintas, dentre as quais inclusive diversos movimentos sociais, como os feministas, os rurais, os indígenas, os negros e os universitários.

E a existência de organizações de e sobre mulheres não representam algo que é antagônico ao funcionamento desse sistema no qual é envolto o modo de produção capitalista na perspectiva econômica neoliberal. Pelo contrário, Luxemburgo (2015) já explanava, ao final do século XIX, que organizações não capitalistas fornecem justamente um solo fértil para o capitalismo, pois ele se alimenta das suas ruínas.

A grande dificuldade, de acordo com a teórica, está no fato de que uma operária de cooperativa não poderia aplicar o capitalismo contra si mesma. Não haveria a “disciplina”

inerente a quem opera para um patrão dono dos meios de produção e, portanto, na medida em que tais organizações que dependem de um consumo que seja além de uma produção imediata, local e reduzida, não conseguirão sobreviver e, menos ainda, expandir sem que haja um enfrentamento de grandes dimensões internacionais contra a máquina capitalista (2015, p. 81-83).

Este não será o pressuposto teórico deste artigo, embora será deveras considerado como uma análise bastante acurada (DAVIS, 2016) da gravidade e dificuldade de enfrentamento que organizações de mulheres precisam passar para não apenas sobreviver, mas para também pulverizar seu funcionamento local a novas fronteiras sociais.

Isto porque a dinâmica do poder econômico se relaciona bastante com a questão de gênero. Há teorias feministas que apontam ser inviável para o próprio funcionamento do capitalismo que haja a real igualdade entre homens e mulheres, pois não haveria espaço para todos no sistema vigente (CISNE, 2014). Assim, entende-se que a compreensão ou não desse contexto estrutural de relações de poder econômicas deve ser analisada neste artigo sobre os estudos de organizações coletivas.

Paralelamente à avaliação quanto à consciência de classes, está a análise quanto à compreensão pelas associações do fato de que as relações de gênero produzem uma desigual distribuição do poder, privilégios e prestígios, hierarquias, conforme os sexos das pessoas (BOURDIEU, 2011). E “mesmo dentro das classes oprimidas há desigualdades de condições de vida e assimetria de poder alicerçadas em outras formas de dominação como a de gênero” (CAMPOS, 2008).

Nesse contexto, pode-se destacar o patriarcado como sendo um tipo de dominação tradicional que se caracteriza pelo poder exercido pelo senhor homem e se orienta por um sistema de normas baseadas na tradição, na autoridade pessoal e obediência. Trata-se de uma organização familiar sob um sistema de comando bastante definido, em detrimento da identidade mulher, dos próprios filhos e de outros eventuais membros subalternos (BALLESTRIN, 2017).

E, ainda, será também levado em consideração, quando pertinente, aspectos do racismo, visto que as relações de poder subjagam constantemente a presença da mulher negra em espaços coletivos. Assim, a interseccionalidade, ou seja, a união de duas ou mais condições da mulher que a coloque em um patamar ainda mais desigual de oportunidades deve ser sempre levado em conta (RODRIGUES, FREITAS, 2021).

Como o movimento negro feminista tem cada vez mais obtido visibilidade e protagonismo (CARNEIRO, 2018), é interessante atentar para a pluralidade na constituição das organizações aqui estudadas, para fins de avaliar a sua pluralidade de participantes e de ideias.

Outrossim, também é pertinente a problemática do conceito de “desenvolvimento” e sua aplicabilidade. As teorias propagadas em especial pelas grandes organizações financeiras internacionais dentro do neoliberalismo possuem diversos erros e limitações. E este artigo diverge daquelas e tampouco serve para embasar uma forma de descarregar e dissipar a ansiedade do resto do mundo, absolver os culpados e/ou tranquilizar os escrúpulos dos espectadores da desigualdade (BAUMAN, 2009, p. 46).

Ocorre que a exclusão social é a regra dos tempos pós-modernos. O conceito de Bem-estar eurocêntrico depende, por essência, de predatismo e exclusão do outro, de modo que perpetra a colonialidade do poder. Quaisquer conteúdos contrários a essa lógica são postos de lado na produção de conhecimento e nos próprios meios de comunicação a fim de que se mantenha tal modelo como sendo único e insuperável (ACOSTA, 42-43).

Em contraposição a essa ideia de totalidade no conceito de desenvolvimento, consideram-se perspectivas alternativas, para que produzam verdades e conhecimentos parciais que, por assim serem, podem ser revisitados (BARTLETT, 2008, p. 31). Dessa forma, abandonamos a regra da “escada do desenvolvimento” para, então, analisar propostas alternativas que possam contribuir para o debate alternativo de vivência sustentável, em especial pelo Bem-Viver característico em comunidades latino-americanas.

Essa “epistemologia do Sul” (SANTOS, 2008) aqui retratada se distancia dos moldes extrativistas de origem colonial e favorece a organização comunitária sustentável e solidária, de modo a valorizar na prática valores básicos da democracia, por meio de experiências e memórias reais em um grupo, como no caso de organizações de mulheres.

Paralelamente, também se baseia este estudo na colocação da mulher no território como sujeito de direito em um espaço em rede (citação: as redes envolvem a conectividade entre fluxos, mas também envolve nós fixos que são constantemente refuncionalizados. Trata-se de algo dinâmico e em movimento em qualquer nível, desde rede de comunicações até as redes sociais. Assim, são processos sociais que conseguem responder às demandas de flexibilidade, atuação e articulação social, pois são sistemas que reúnem indivíduos, empresas e instituições que almejam objetivos comuns, de modo a ganhar expressão e legitimidade na

sociedade por meio da conquista de novos integrantes. (DIAS, 2005) que transgrida o ambiente privado. Aqui, são abertas novas relações de poder tanto na família como na comunidade. E quem busca o rompimento com preconceitos e atrasos deverá estar preparado. Assim, dá-se especial enfoque à viabilidade de empoderamento (BERTH, 2019) no caminhar da organização de mulheres em estudo, uma vez que se propaga entre suas integrantes a noção ativa de transformação social (SEN, 2000).

A capilarização também é um elemento significativo, ou seja, o alcance de uma extensão social complexa e profunda em um movimento dinâmico de rede pulveriza ainda mais as interações entre mulheres (PUTNAN, 2008).

As trocas humanas em associações e em organizações universitárias, por exemplo, favorecem a possibilidade de novas relações de poder, de afinidades entre esses sujeitos e impactos sociais. O ato de “participar” é uma motivação em si, sem fins instrumentais, o que pode indicar o bem-estar de fazer parte de grupos a partir dos elos e outras motivações. Além disso, também há um peso e poder diferente de um coletivo de mulheres quando na busca pelo acesso a garantias e a conquista de novos direitos.

3. O Território e as Relações de Poder

Embora a Constituição de 1988 valorize as diferenças regionais, o funcionamento em rede dos sistemas únicos de saúde e assistência e a formação de uma comunidade latino-americana, o seu modelo econômico falha ao aglutinar conceitos que não podem mais ser colocados no mesmo patamar. A livre iniciativa, a propriedade privada e o extrativismo exportador são a regra do funcionamento das relações de poder, em detrimento da preocupação social da terra, do mercado interno e do meio ambiente.

Além disso, apesar de admitir a gravidade do racismo e da importância da isonomia entre homens e mulheres, é inviável ignorar a falta histórica de equidade na sociedade brasileira que por séculos coexistiu com o patriarcado, a escravidão e a divisão de classes. E o estado é um dos maiores propagadores das violências que advieram desse contexto de formação do Brasil, de modo que o exercício do empoderamento e do fortalecimento das estruturas de grupos são meios de propagar formas mais horizontais de exercício do poder.

Ao se ter em mente este contexto, é relevante, no estudo de organizações de mulheres, identificar os referenciais e códigos locais a fim de compreender os impactos das relações de poder naquela localidade específica, bem como o potencial estático e/ou dinâmico

para fins de concretização de uma rede que fortaleça organizações de mulheres a ponto de resistirem à sua derrocada frente aos poderes econômicos (SOUZA, 2001).

Inclusive, o avanço da sociedade de risco não retira a relevância do olhar parcial que enfoque nos códigos locais. E a apreensão do potencial e das dificuldades humanas naquele território permitirá captar a que ponto as relações podem se fortalecer frente ao dinamismo, contradições, relações de poder, identidades, redes de circulação e comunicação, dentre outros.

Os estudos de caso abaixo permitirão inferir que tais organizações de mulheres se encontram bem mais próximas de fortalecer valores básicos da democracia – por meio do uso de memórias, experiências e práticas locais – como a liberdade, igualdade, solidariedade.

4. O Caso da Organização de Mulheres no Campo

A recente pesquisa de Chambela (2017) sobre a associação de mulheres rurais no município Espera Feliz, no Estado de Minas Gerais, relata que o seu objetivo principal era a emancipação do indivíduo tanto no aspecto social, econômico, cultural e político. O grupo informal, inicialmente, conquistou um espaço para se perpetuar como associação, a fim de exercer o poder de discussão e decisão em casa, construindo conhecimento, autonomia e a afirmação de papéis da mulher rural.

A análise ressalta que isto despertava não só o convívio social, mas também na geração de renda que auxiliaria no complemento familiar, melhorando a qualidade de vida da família, e aumentando a autoestima e empoderamento das mulheres que antes não eram valorizadas socialmente. E, com o passar do tempo, reivindicações para além das questões de trabalho foram observadas no estudo realizado, de modo que se incluíram outros direitos sociais relacionados (acesso a benefícios sociais, previdenciários e a sindicato, nos termos da Constituição de 1988).

Outro meio relevante apontado como meio para se garantir direitos e os efetivar era a obtenção de documentação pelas associadas. Isto permitiu a elas participar de um conjunto de políticas públicas como o Programa Fome Zero, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), entre outras.

Nota-se que a possibilidade de inserção de tais políticas públicas naquele território fora primordial para ampliar a inclusão desse grupo de mulheres em outros espaços e esferas

de direitos e também de espaços poder econômico - o que nem sempre é viável - quer seja pelo isolacionismo da área, quer seja pela própria falta da política local efetivá-los.

Outro aspecto relevante que fora apontado era o alcance de autonomia a essas mulheres em relação à tomada de decisões, pois elas demonstravam interesse pelos assuntos discutidos e pelas decisões a serem tomadas concernentes ao andamento do projeto na localidade em que residiam.

Em razão da ampliação da associação, isto permitiu a interação dos diversos grupos formados por aquele território, o que permitia a troca de experiências, de conhecimentos e ações de aproximação das mulheres em direção a objetivos comuns, bem como o paralelo desenvolvimento daqueles indivíduos por meio do aumento de sua autoestima e empoderamento social.

Inclusive, durante os anos de 2000, as associadas passaram a interagir mais com órgãos e projetos relacionados ao município, incluindo questões ambientais, sociais e políticas, de modo que a noção de cidadania para muitas passou a ser bem estimulada.

A elaboração e complexidade da rede alcançou diversos impactos jurídicos e políticos: algumas associadas concorreram para cargos no legislativo local, participaram de articulações de uma ação popular em nível nacional para a defesa de direitos de trabalhadores rurais, embora não conste no estudo quais foram os resultados efetivos de tal interesse jurídico. Além disso, também buscaram a realização de convênios e projetos para a obtenção de recursos e de melhorias na região.

5. O caso da organização de Mulheres na Cidade

A pesquisa acerca da criação de grupos e comissões em prol da defesa de mulheres no ambiente acadêmico da Universidade de São Paulo, com especial destaque para o território localizado no Campus de Ribeirão Preto aponta para um dinamismo e impactos nos sujeitos em sentidos e vetores bastantes distintos, o que permite esclarecer quanto é relevante que se conheça o espaço e as relações de poder para poder tratar epistemologicamente do funcionamento de organizações de mulheres.

A criação aqui das organizações partiu de fundamentos quantitativos acerca dos dados expressivos de violência de gênero em ambientes universitários (SCAVONE, 2015) para que a inspiração teórica do movimento universitário feminista tivesse um peso político mais

forte, ao mesmo tempo em que se aproveitou de uma conjuntura peculiar da CPI das Universidades e de também um contexto estrutural de promoção dos direitos das mulheres, por exemplo, a campanha ONU *Heforshe*, de 2016.

O argumento principal era de que a USP, ao não enfrentar as estatísticas, teria praticado violência institucional contra as mulheres, em desrespeito aos termos dos tratados internacionais de direitos humanos das mulheres que o Brasil é signatário.

Assim, foram criados projetos institucionais relevantes, como o escritório USP Mulheres e a Comissão Para Apurar Denúncias de Discriminação, Assédio e Violência Contra Mulheres e Gêneros no Campus da USP de Ribeirão Preto (CAV- Mulheres USP RP), que era responsável pela coordenação do relacionamento entre a Administração da Universidade e a comunidade de docentes, discentes, servidores técnicos e administrativos e público em geral que frequenta os campi da USP (USP, 2016).

No que se refere especificamente ao território particular do campus de Ribeirão Preto, o CAV-Mulheres, é interessante notar que a pesquisa apontou quanto o aspecto epistemológico da violência contra a mulher era levado em conta pelas suas integrantes.

Discutiam-se conceitos, meios para o melhor acesso à informação, o uso de pesquisas da área, estimular estratégias de prevenção, realização de capacitações, o espaço para o acolhimento da mulher que sofre violência, oferecer supervisão multidisciplinar na área, orientar e realizar encaminhamentos, bem como a articulação ordenada com outros sujeitos institucionais de relevância para buscar melhorias, como o setor de psicologia e a promoção de discussões sobre a viabilidade de novas políticas no campus.

Para a escolha das pessoas componentes da comissão, unidades do campi fizeram indicações por critérios internos de escolha – eleição ou indicação simples – e, com base nessas indicações, o conselho gestor nomeou as mulheres, respeitando a diversidade de unidades e preenchendo as vagas de acordo com a posição que elas exerciam na universidade: docentes, servidoras não docentes e mulheres discentes. Houve questionamentos sobre o limite da responsabilidade da comissão e de outras instituições da universidade para apurar a prática das violências, sendo que abrangeria também a verificação de espaços de festas e repúblicas.

Um seminário sobre a temática concluiu que a comissão permitiu alguns impactos e transformações no campus e que isto não retirou a importância de os coletivos auto-

organizados continuarem o trabalho de atuação enquanto movimentos sociais que reivindicam mudanças na universidade.

Também é interessante notar que a pesquisa trouxe o peso da institucionalidade do grupo da comissão, que fazia encaminhamentos e articulações na rede interna e externa em caráter vinculante, obrigatório, de modo que o descumprimento de tais funções poderiam resultar em punições das integrantes da comissão.

Estabeleceu-se que a violência de gênero pode ser também uma infração administrativa, de modo que o impacto de tal instituição era notório na comunidade universitária.

Um princípio guiador da comissão RP, para que os relatos não ganhassem repercussão e prejudicassem as pessoas nele envolvidas, é o sigilo, para impedir qualquer prejuízo aos trabalhos.

Enquanto comissão, percebemos a necessidade de se criar um regimento e um protocolo internos de encaminhamento dos casos de violência de gênero, pois, na ausência dos parâmetros de atuação, tivemos que construí-los em conjunto da nossa própria apuração. Ainda, por estarmos em constante diálogo com a CAV-Mulheres, pudemos também trazer os parâmetros adotados nos casos por elas recebidos em nossa comissão, prevendo possíveis casos que podemos receber. Vemos a necessidade de se fazer um protocolo para termos um procedimento a ser seguido, isto é, ter um compromisso de transparência e previsibilidade das medidas que iremos tomar perante a instituição e a comunidade acadêmica como um todo.

O escritório USP Mulheres é um órgão administrativo interdisciplinar, que conta com profissionais de diversas áreas para realizar as tarefas as quais foi incumbido e desenvolve ações em diversas áreas do conhecimento e coordena pesquisas próprias também.

A cartilha obteve amplo alcance. O Escritório USP Mulheres adaptou o documento, acrescentando os serviços públicos disponíveis para o enfrentamento à violência contra a mulher na cidade de São Paulo e na estrutura administrativa do campus da capital. A cartilha também foi adaptada pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ressaltamos a necessidade da CAV-Mulheres estar em constante diálogo com coletivos do campus e também instituições universitárias estudantis como baterias e atléticas.

Uma das funções da comissão é acompanhar as ações que foram encaminhadas a outros órgãos. Como tal procedimento ainda não está normatizado, isso pode ser feito com o contato direto com a vítima, para verificar como os procedimentos relativos a ela se desenvolvem. É possível também receber os relatórios das comissões sindicantes formadas.

Neste sentido, a comissão elabora textos sobre direitos das mulheres para divulgação na página da rede social Facebook da faculdade. Naquela apresentação informamos os canais de acesso à comissão, que é a página na internet, canal através do qual recebemos relatos, sejam ele anônimos ou identificados e também contato pessoal com suas integrantes. Assim, quando procuradas pessoalmente, pedíamos para escrever o relato no formulário ou prestá-lo pessoalmente em uma de nossas reuniões.

A comissão já realizou um intenso trabalho no campus de Ribeirão Preto, no entanto, ainda conta com alguns desafios. Ao contrário de muitas comissões administrativas, não conta com secretaria fixa, o que impede o encaminhamento de muitas questões. Esse encaminhamento também é prejudicado pela falta de retorno dos casos encaminhados aos outros órgãos da universidade.

Há também desafios estruturais, como a comissão não ter sede física, ou qualquer local apropriado para realizar o atendimento ao público ou suas reuniões. Em sua equipe também não há psicóloga, o que impede uma resposta nestes termos, o que ajudaria a realizar o primeiro atendimento, por exemplo.

5. O caso das Mulheres na Amazônia

O relato do caso das associações de mulheres da Amazônia baseia - se no estudo realizado por Karina Nymara Brito Ribeiro, em 2014. A organização das mulheres dos castanhais, ora tratada neste capítulo, iniciou - se em 1998, com a primeira associação de mulheres na região. Uma senhora residente na região, mas fora da reserva da Resex do Rio Cajari. Esta mulher, conhecida como Dos Anjos, promoveu encontros e cursos profissionalizantes propondo como alternativa econômica às mulheres da região a fabricação de sabonetes e confecção de roupas, mas nenhuma das idéias vingou.

Logo em seguida, esta líder teve de desistir da presidência desta associação (da qual não foi possível se concluir qual era o nome), por conta de diretrizes de uso da reserva, o fato levou a não frutificação da recém criada associação.

O lado positivo deste fracasso entretanto, foi a conquista de uma casa que passou a ser usada como sede e o início do desenvolvimento de uma consciência de que era necessário que se unissem em uma organização. Cinco anos após o início destas atividades, em maio de 2004, foi criada a Associação de Mulheres Agroextrativistas do Alto Cajari - a AMAC. Com o intuito de promover ações para preservação e equilíbrio dos recursos naturais e gerar emprego e renda às mulheres dos castanhais a Associação nascia com 35 sócias fundadoras, em 2006 já estava presente em 9 comunidades.

Através do crédito rural Apoio Mulher do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foi contruída uma feira popular na comunidade de Água Branca do Cajari, onde as mulheres da AMAC vendiam diariamente suas produções individuais de biscoitos, paçoca, doce e outros derivados da castanha do Brasil. Antes da Associação esta produção era individual e vendida às margens da BR 156, sem qualquer estrutura. Quando chovia elas tinham de correr e muitas acabavam perdendo seus produtos.

A produção coletiva das Castanheiras da RESEX do Rio Cajari é vendida para o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, um programa federal que colabora para o enfrentamento da fome e pobreza, além de visar a proteção da agricultura familiar, comprando parte da produção e realizando doações á entidades da rede socioassistencial.

a organização de mulheres do alto RESEX - CA tem se tornado cada vez mais visível, conclui a autora, num ambiente marcado pela predominância masculina, e comprovado a necessidade de mais iniciativas e associações como esta.

6. Grupos

A natureza do funcionamento grupal nas organizações contribui não só para a promoção de uma maior potência na execução de determinada tarefa, mas também qualifica este grupo como uma unidade detentora de uma identidade. À luz da Psicologia Institucional as associações, objeto deste estudo, configuram-se enquanto espaço de produção material e produzem também aspectos importantes na relação entre as associadas nos fenômenos humanos que se dão em relação à estrutura, a dinâmica, as funções e objetivos da instituição.

Bleger, (1984) afirma que a ação ao intervir em instituições deve estar centrada na atividade humana e no efeito da mesma para aqueles que estão nela inseridos. Para isso, sugere como fundamental a obtenção de informações mínimas, dentre elas: a finalidade ou objetivo da instituição, instalações e procedimentos com os quais se satisfaz seu objetivo, situação

geográfica e relações com a comunidade, relações com outras instituições, origem e formação, evolução histórica, crescimento, mudanças e flutuações, organização e normas que a regem, contingente humano que nela intervém: sua estratificação social e estratificação de tarefas, avaliação dos resultados de seu funcionamento, resultado para a instituição e para seus integrantes.

Cada instituição tem seus objetivos específicos e a sua própria organização e, utilizarão dessa determinada organização para buscar satisfazer os objetivos. Há de se considerar a existência de objetivos explícitos tanto como implícitos, ou em outras palavras, conteúdos manifestos e conteúdos latentes. Pode ocorrer que ambos estejam presentes e se equilibrem em sua atuação, pode ainda acontecer que o conteúdo latente ultrapasse, em sua força, o conteúdo explícito (BLEGER, 1984).

Quanto ao aspecto da configuração grupal encontramos em Zimerman (2000, p.25) a percepção do grupo enquanto componente de construção de um vínculo importante à condição humana. O autor aponta para o sofrimento construído no viver em sociedade em um cenário individualista que estimula a competitividade e promove a “cultura do narcisismo”, o autor faz referencia ao desgastante conflito resultante da busca de atingir metas idealizadas e seus subprodutos traduzidos pela constatação do aumento do número de pessoas que sofrem das chamadas patologias do vazio caracterizadas pelas carências emocionais. Tal sofrimento pode ser diluído a medida que a inserção no grupo passa a configurar a noção de pertencimento Zimerman, (2000, p.99) afirma que:

“A partir daí, cada um sente que pode contar com o outro, de forma que a simples existência do grupo assegura a cada participante a sensação de que conta com um novo “continente” que, muitas vezes, preenche o vazio de uma família interna, e/ou externa”.

Dentro da dinâmica das associações cabe a construção de outros grupos específicos como os denominados Grupos Operativos geralmente divididos em grupos de ensino-aprendizagem, institucionais e comunitários. Tais grupos são compreendidos, genericamente, como tendo função de existir para uma tarefa específica que tenha uma funcionalidade (Bleger, 1979).

Entretanto, é tão abrangente a aplicação dos grupos operativos que muitos os consideram como sendo, um continente de todos os demais grupos, incluindo os terapêuticos,

mesmo os de natureza analítica. Berstein, (1986) sobre as contribuições de Pichon Riviere na sistematização e aplicação dos grupos operativos aponta para fatores tanto conscientes como inconscientes, que norteiam a dinâmica de qualquer campo grupal, e que se manifesta em três áreas: Mente, corpo e mundo externo.

Os grupos operativos voltados ao ensino-aprendizagem têm como princípio básico não apenas a transferência de informação - este busca em sua essência “aprender a aprender” (Zimerman, 2000 p.91) oferecendo a partir daí condições de reflexão e autonomia ao sujeito. Ainda que não seja essa a sua aplicação original os grupos de características ensino-aprendizagem propiciam um benefício terapêutico a medida que viabiliza a ampliação do saber e das possibilidades de existir do sujeito.

A pesquisa realizada por Chambela, (2017) acerca do trabalho de mulheres rurais organizado em rede traz essa perspectiva para além do ensino e produção com a finalidade de compor a renda familiar. A organização traz consigo uma propriedade de trabalho social estabelecido através da inclinação à colaboração de suas integrantes. Os ganhos por sua vez ultrapassam o aspecto financeiro e englobam questões de vínculo as colocando em uma condição de desempenhar de papéis melhores reconhecidos socialmente talvez nunca experienciados.

A partir da literatura apresentada, compreende-se as associações de mulheres, cada qual com suas particularidades, como espaço para construção de autonomia, empoderamento feminino e inserção social. A estrutura do funcionamento grupal configura o que Bion (1905) chamou de “função continente” aludindo ao significado de um continente geográfico indicando uma função delimitadora entre as diversas partes que compõe o campo do psiquismo do próprio sujeito sem deixar de considerar as fronteiras entre ele e as demais pessoas.

Diante dessas concepções, compreende-se a associação como dispositivo de trabalho que se disponibiliza a promover numa área transicional comum, a coexistência das conjunções e disjunções, da continuidade e das rupturas, dos ajustamentos reguladores e das irrupções criadoras, configurando um espaço conceituado por Kaes, (1991) como suficientemente subjetivizado e relativamente operatório.

7. Conclusão

Isto demonstra uma consciência de classes, da questão do patriarcado e da importância do empoderamento e de espaços em rede para superar tais dificuldades naquele território.

Os estudos realizados permitiram inferir que tais organizações de mulheres possuem grande potencial de fortalecer valores básicos da democracia através da ação e práticas locais – como a liberdade, igualdade, solidariedade.

Percebe-se que a conexão entre as partes de uma rede figura como algo propício aos integrantes que a compõem tendo como objetivo principal a emancipação do indivíduo tanto no aspecto social, econômico, cultural e político.

Partindo de uma análise grupal compreende-se a associação como dispositivo de trabalho que oportuniza a promoção em uma área transicional comum, a coexistência das conjunções e disjunções, da continuidade e das rupturas na configuração de um espaço suficientemente subjetivizado e relativamente operatório.

BIBLIOGRAFIA

ACOSTA, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Editora Elefante, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Polen, 2019.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Desafios da equidade de gênero no século XXI. *Revista Estudos Feministas*, 2016, 24: 629-638.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismos subalternos. *Revista Estudos Feministas*, 2017, 25: 1035-1054.

BARTLETT, KATHARINE. Feminist Legal Methods. In: *Harvard Law Review*. Volume 103, February 1990, n. 4. p. 829-888.

BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
_____. *Tempos líquidos*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2007.

Beck, Ulrich. (2010). *Sociedade de risco*. São Paulo: Editora 34.

- BERSTEIN, M. “Contribuições de Pichon-Reviere à psicoterapia de grupo” *Grupoterapia hoje*, 1926.
- BLEGER, J. *Psico-higiene e Psicologia Institucional* - Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- BOURDIEU, P. *A dominação Masculina*. Trad. KUHNER, M. H. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.
- CAMPOS, C. S. S. *A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio*. Buenos Aires: CLACSO, 2011.
- CAMPOS, Maria Malta. "Educação e políticas de combate à pobreza." *Revista Brasileira de Educação* (2003): 183-191.
- CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, p. 209-214, 2002.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CERQUEIRA FILHO, G. *A “questão social” no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982
- CHAMBELA, F.A. *Análise da rede geográfica e a perda de densidade da Associação de mulheres rurais do município de Espera Feliz – MG*. Campos dos Goytacazes (RJ):[s.n], 2017. 95 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, 2017.
- CISNE, Mirla. *Feminismo e Consciência de Classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial, 2016.
- DIAS, L. C. Os sentidos da rede. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogerio Leandro Lima da (org). *Redes, sociedade e território*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.
- DIAS, L. C. *Redes: emergencia e organização*. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da.
- Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (org). *Geografia: Conceitos e temas*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 141-162.

ELLIOT, L. G. Instrumentos de Avaliação e Pesquisa: caminhos para construção e validação. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012. 280 p.

GOUVÊA, Leda Aparecida Vanelli Nabuco de. Educação formal de mulheres e meninas: a perspectiva das organizações multilaterais. 2007. 255 f. 2007. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR.

HAESBAERT, R. O Mito da Desterritorialização: Do “Fim do Território” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KAES, R. A instituição e as instituições: Estudos psicanalíticos. São Paulo. Casa do Psicólogo, 1991.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas S.A, 1991.

LUXEMBURG, Rosa. *The accumulation of capital*. Routledge, 2015.

LYNCH, Christian Edward Cyril, MENDONÇA, José Vicente Santos. Por uma história constitucional brasileira: uma crítica pontual à doutrina da efetividade. Rev. Direito e Práx., Rio de Janeiro, Vol. 08, N. 2, 2017, p. 974-1007.

MUSSO, P. A Filosofia da rede. PARENTE, Andre (org). Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004.

PINTO, C. R. Movimento sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 127-150.

PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna. Tradução: Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 2008, 257p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Boitempo Editorial, 2015.

RAMOS, Andre De Carvalho. Curso De Direitos Humanos-8ª Edição 2021. Saraiva Educação SA, 2021.

RIBEIRO, Karina Nymara Brito. As Mulheres dos Castanhais e a Sobrevivência na Amazônia Brasileira: Organizações de Mulheres na Reserva Extrativista do Rio Cajari no Amapá. In: REDOR. 18., 2014, Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2014. p.1756 - 1774

ROMANO, J. ANTUNES, M. Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002, 116p.

SCAVONE, Miriam. et al. Violência contra a mulher no ambiente universitário. Data Popular/Instituto Avon: São Paulo, 2015.

SEN, A. K. A condição de agente das mulheres e a mudança social. In: Desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p.220-235.

DA SILVA DIAS, Maria Odila Leite; BOSI, Ecléa. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. Brasiliense, 1995.

SOUZA, Neto; SARMENTO, Daniel. Direito constitucional: teoria, história e métodos de trabalho. Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E., CORRÊA, R. L. & GOMES, P. C. da C. (Orgs.) Geografia: conceitos e temas. 3ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001. p.77-116.

STOLKE, V. La mujer es puro cuento: la cultura del género. Estudos Feministas, Florianópolis, v.12, n.2, p.77-105, 2004.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política. São Paulo: Paz e Terra, 2009

THOMPSON, E. P. Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

USP. Portaria nº 6.766, de 10 de agosto de 2016. Dispõe Sobre O Escritório Usp Mulheres. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 11 ago. 2016. 2016d. Disponível em: <<http://www.leginf.usp.br/?portaria=portaria-gr-6766-de-10-de-agosto-de-2016>>

ZIMERMAN, David E. Fundamentos básicos das grupoterapias 2ª.ed – Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.